

OPINIÃO

É positiva a recente reorientação da política da UE no sentido de pôr a tónica na concretização das reformas estruturais

Fazer a ponte entre as culturas económicas da Europa



Mario Monti

Já há uns anos que me sinto como se vivesse intelectualmente nos Alpes. Isto porque, no debate das questões europeias e no Conselho Europeu, muitas vezes tive de agir como uma espécie de tradutor das virtudes da disciplina para as línguas mediterrânicas. Ao mesmo tempo, junto dos países do norte, servi de intérprete de algumas dificuldades sentidas pelo sul da Europa.

Para o futuro da Europa é essencial um processo de aprendizagem mútua. O sul, à medida que fique mais em sintonia com os méritos da economia social de mercado, deve ser mais determinado na prossecução da disciplina fiscal e das reformas estruturais. Da mesma forma, o norte, a Alemanha em particular, deve apreciar que esses esforços dos países do sul não poderão gerar melhorias sustentáveis a menos que a política europeia se torne mais amiga do crescimento.

Quando em maio de 2013 a União Europeia (UE) assumiu que a Itália, após dois anos de uma política fiscal muito apertada, já não precisava de estar sob o chamado procedimento de défice excessivo da UE, isso foi visto no país como o momento de sair de uma prisão, de reencontrar a liberdade. Não é de forma alguma o caso, embora a nova situação contribua certamente para uma redução das taxas de juro, tendo portanto um efeito de retorno favorável no próprio orçamento.

Houve mesmo quem tomasse a decisão da UE como uma admissão pela União de que tinha exagerado nas medidas impostas à partida. Outros saltaram do reconhecimento obtido pela Itália para discussões sobre novas formas de gastar o dinheiro, como se já não existissem os normais constrangimentos do orçamento, tendentes a salvaguardar a estabilidade e a proteger as gerações vindouras.

De facto, para os países da Europa do sul alcançarem uma situação orçamental estável que seja sustentável vão ter que proceder a mais ajustamentos culturais. Em particular, o público em geral tem de perceber que a disciplina orçamental dá frutos, o que está correto mas não é óbvio. Acho que é crítico, na próxima fase de elaboração das políticas, persuadir as pessoas de que a disciplina fiscal não é um tributo forçado pago aos deuses que moram nas zonas setentrionais da Europa. É mero comportamento económico apropriado.

A Europa do norte, no entanto, também tem de dar qualquer coisa. Isso significa um entendimento mais profundo do papel do investimento na atividade económica. O tratado de Maastricht não distingue suficientemente bem entre despesa pública para consumo e para investimento. Por conseguinte, desde o momento em que o Pacto de Estabilidade foi introduzido nos anos 90, muitos países europeus alcançaram a disciplina orçamental com o corte desproporcionado do investimento público, o qual é normalmente menos doloroso em termos políticos — ainda que mais danoso para o futuro económico e social de um país — em vez do corte na despesa pública corrente.

Como é evidente, está longe de ser fácil distinguir entre os diferentes tipos de investimento público — quer sejam investimentos produtivos ou pseudoinvestimentos (como quando um governo transfere fundos de empresas do Estado para cobrir os seus défices correntes).

É preciso trabalhar seriamente e com rigor nas definições e medidas e haverá sempre uma margem para o subjetivismo. Mas isso não são boas justificações para assumir que todo o investimento do sector público é essencialmente igual a consumo, ou carece de qualquer mérito económico e intenção produtiva. Ainda assim, é isso precisamente que ocorre se o Pacto for tomado pelo seu valor facial.

Agora que o sul se aproxima por fim dos conceitos económicos e fiscais da Europa do norte, é encorajador notar que a Comissão Europeia e o Conselho Europeu, nos seus papéis respetivos de enformar as políticas e práticas da UE, e atrás deles também em certa medida a Alemanha, parecem tornar-se cuidadosamente um pouco menos relutantes em aplicar até certo grau uma flexibilidade ponderada, modesta, controlada e supervisionada, no sentido de uma aplicação mais racional — e de forma alguma permissiva — do Pacto. Por exemplo, há um par de anos foi decidido que países que não estejam em situação de défice excessivo poderiam receber alguma flexibilidade limitada no que se refere ao investimento do sector público.

Mas, e quanto às reformas estruturais? Há mais países a ter êxito no ajustamento dos seus orçamentos do que na árdua tarefa de reformas estrutu-

rais profundas, embora estas tenham sido reconhecidas como principal prioridade, particularmente na medida em que todos percebemos que o cerne da questão é a competitividade.

Então, porque vemos melhores resultados na luta pela disciplina fiscal do que pelas reformas estruturais? Cheguei à conclusão de que há duas razões para isso. A primeira diz respeito à relação de governos frágeis contra grupos de interesse organizados.

A tarefa do Governo é mais dura quando medidas certas de reforma afetam os interesses de grupos bem organizados, empresariais, profissionais liberais ou trabalhadores do sector privado. Tais passos podem, por exemplo, aumentar a competição no mercado, varrendo rendas confortáveis de certos mercados. Os efeitos de medidas orçamentais como o aumento dos impostos são, por comparação, mais difusos.

O segundo fator é que a Europa ajuda menos no que é em última instância a tarefa mais importante: reformas estruturais. O foco da união monetária europeia tem estado na obtenção da disciplina orçamental. É por isso que os constrangimentos, a monitorização e as sanções têm sido mais fortes para essa parte do trabalho dos governos dos Estados-membros.

Em última instância, isto leva-nos a

Acho que é crítico, na próxima fase de elaboração das políticas, persuadir as pessoas de que a disciplina fiscal não é um tributo forçado pago aos deuses que moram nas zonas setentrionais da Europa

uma simples lei do mínimo esforço: se um Governo enfrenta oposição doméstica mais forte às reformas estruturais, e recebe menos incentivo da Europa para as executar, em comparação com a consolidação orçamental, é lógico que se progrida menos nas reformas estruturais.

Eis porque vejo com satisfação a recente reorientação da política da UE — não a afastar-se da disciplina fiscal mas no sentido de pôr a tónica nas recomendações específicas de cada país executar as reformas estruturais. Isto reforça a influência da UE sobre os governos e dá mais força a cada um deles frente a grupos nacionais organizados, tudo no interesse de alcançar reformas estruturais.

Juntamente com alguns mecanismos de acompanhamento que facilitem o financiamento das reformas naqueles países que ainda enfrentem prémios de risco altos mas que sigam as políticas recomendadas pela UE, estas alterações podem ser boas para pôr a Europa na senda de mais reformas para o crescimento e o emprego.

O autor foi primeiro-ministro da Itália e presidente do Berggruen Institute on Governance's Council for the Future of Europe
Copyright: The Globalist, 2013.
www.theglobalist.com



Os países do sul da Europa vão ter de fazer “ajustamentos culturais” FOTO TIAGO MIRANDA